

Avaliação Externa de Escolas: Do Quadro de Referência aos Resultados e Tendências de um Processo em Curso

**Carlos Folgado Barreira, Maria da Graça Bidarra
& Maria da Piedade Vaz-Rebelo**

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Resumo

No presente artigo procede-se a uma apresentação do quadro de referência da avaliação externa de escolas em Portugal e a uma análise dos principais resultados da avaliação realizada, procurando evidenciar algumas tendências.

Palavras-chave: avaliação externa de escolas; quadro de referência; resultados; tendências

1. Introdução

A avaliação de escolas constitui hoje uma problemática muito actual que resulta em grande medida do reconhecimento das escolas enquanto organizações, perspectiva que se destaca no pensamento educacional nas décadas de oitenta e noventa (Nóvoa, 1992), à qual se liga o estudo sobre a eficácia das escolas, no âmbito de um movimento internacional, cuja história, não sendo longa, revela a sua grande expansão e evolução (Teddle & Reynolds, 2000).

Mas a pressão existente em torno da avaliação de escolas e a importância que esta vem a assumir não podem, igualmente, desligar-se de questões políticas, sociais e económicas, e das tendências que têm marcado a generalidade dos países europeus, no sentido da descentralização de meios e da definição de objectivos nacionais e de patamares de resultados escolares, bem como da influência de estudos internacionais, como por exemplo os relatórios PISA (CNE, 2005). Assiste-se pois a uma maior responsabilização das escolas sobre os seus resultados, na sequência da sua recente e crescente autonomia, com a consequente prestação de contas sobre o seu desempenho.

É neste contexto mais alargado que podemos situar a avaliação de escolas em Portugal, que ao longo dos últimos 20 anos tem vindo a viver uma certa “obsessão avaliativa”, com diferentes focos (Afonso, 2007), registando-se, neste domínio particular, toda uma série de iniciativas e programas levados a cabo, quer por parte do Ministério da Educação, quer por parte de instituições privadas (CNE, 2005), contribuindo para uma experiência rica que, contudo, não viabilizou processos de auto-avaliação capazes de promover nas nossas escolas verdadeiras culturas de avaliação (CNE, 2008).

Foi na sequência da publicação da Lei nº 31/2002 de 20 de Dezembro, e de uma experiência piloto realizada em 2006, que se desencadeou mais recentemente um processo de avaliação externa de escolas de ensino não superior, ainda em curso, e que se aproxima agora do final do primeiro ciclo (2010-2011). Parece-nos, pois, oportuno dar a conhecer o quadro de referência e algumas questões que o mesmo suscita, bem como os principais resultados e as tendências que se evidenciam.

Assim, se podemos facilmente admitir que o desempenho das escolas não é o mesmo em todos os domínios e factores avaliados, de acordo com o quadro de referência, é igualmente possível fazer uma leitura dos resultados da avaliação das escolas, atendendo a algumas regularidades ou tendências que se evidenciam, que não exclui a influência, entre outros factores, da própria lógica do modelo adoptado e da metodologia que lhe dá corpo. É nesta linha que apresentamos uma primeira análise e leitura dos dados publicados.

2. Quadro de Referência e Metodologia Adoptada na Avaliação Externa de Escolas: Origem, Evolução e Problematização

Com a publicação da Lei n.º 31/2002 foi aprovado o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior. Este sistema integra duas modalidades de avaliação: a auto-avaliação ou *avaliação interna*, realizada por cada escola ou agrupamento de escolas, e a *avaliação externa*, da responsabilidade da administração educativa. Contudo, foram necessários quatro anos para que o Ministério da Educação (ME), através do Despacho Conjunto n.º 370/2006 de 3 de Maio, criasse um *Grupo de Trabalho para Avaliação das Escolas*, “dotado de autonomia técnico-científica e funcional” (ponto 8), com vista à definição de referenciais para a auto-avaliação e para a avaliação externa dos estabelecimentos de ensino. No ano de 2006 foi iniciado um projecto-piloto designado por avaliação externa abrangendo 24 escolas (ME, 2006), que está na origem do processo de avaliação externa de escolas (AEE), actualmente em curso, conduzido pela Inspecção-Geral da Educação (IGE), com base no Despacho n.º 28692/2007, de 19 de Dezembro. Este processo tem passado por várias fases e

no presente ano lectivo (2010-2011) fecha-se o primeiro ciclo de avaliação externa das escolas iniciado há quatro anos.

Para a construção do referencial da AEE, o referido grupo de trabalho teve em consideração experiências nacionais e internacionais, sendo de realçar a *Avaliação Integrada das Escolas* realizada pela IGE entre 1999 e 2002, o modelo *European Foundation for Quality Management* (EFQM) e a metodologia desenvolvida pela Inspeção de Educação Escocesa em *How Good is Our School*, criada em 1991, revista em 2002 e reeditada em 2007 com o subtítulo *The Journey to Excellence*, a qual inspirou decisivamente a construção do actual quadro de referência da AEE em Portugal (IGE, 2009a; ME, 2006).

No quadro da AEE são considerados cinco domínios fundamentais, que integram entre dois e cinco subdomínios ou factores, num total de 19, e as correspondentes questões orientadoras: Resultados (*como conhece a escola os seus resultados, quais são e o que faz para os garantir?*); Prestação do Serviço Educativo (*para obter esses resultados, que serviço educativo presta a escola e como o presta?*); Organização e Gestão Escolar (*como se organiza e é gerida a escola para prestar o serviço educativo?*); Liderança (*que lideranças tem a escola, que visão e que estratégia estão subjacentes à sua organização e gestão?*); e Capacidade de Regulação e Melhoria da Escola (*como garante a escola o controlo e a melhoria deste processo?*) (IGE, 2009a; ME, 2006).

As classificações dos cinco domínios e factores que constituem o quadro de referência são atribuídas numa escala qualitativa com quatro níveis: *Muito Bom*, *Bom*, *Suficiente* e *Insuficiente*. A distinção entre estes níveis faz-se pelo balanço entre o número de pontos fortes e fracos, pelo carácter mais ou menos generalizado das acções e procedimentos adoptados pela unidade de gestão e pelo respectivo impacte na melhoria dos resultados dos alunos. A equipa de avaliação externa, constituída por dois inspectores e um avaliador externo à IGE, visita a unidade de gestão durante dois ou três dias, consoante se trate de uma escola ou de um agrupamento e recolhe as evidências através da audição, em entrevistas em painel, de vários actores educativos; alunos, pais, docentes, funcionários, autarcas e outros parceiros, sendo estas enriquecidas através de análise documental e de observação directa (Azevedo, 2007; IGE, 2009a). Este processo culmina com a elaboração do relatório enviado à escola, que é posteriormente disponibilizado na página de internet da IGE, e que pretende ser um instrumento de diálogo e reflexão entre todos os interlocutores da avaliação externa: equipas de avaliadores e unidades de gestão avaliadas, podendo estas exercer o seu direito de contraditório e de recurso.

O Conselho Nacional de Educação (CNE, 2008), no seu primeiro parecer sobre a AEE, não colocando em causa a pertinência dos domínios seleccionados, refere algumas

redundâncias entre alguns domínios e factores, apontando, também, para o interesse de uma eventual hierarquização dos domínios de avaliação e uma explicitação dos indicadores de cada factor e a respectiva ponderação. No seu entender, “o domínio resultados parece dever merecer valorização especial, uma vez que consubstancia toda a acção da escola (...), isto é, a importância dos restantes quatro domínios resulta do seu impacto no domínio resultados” (ponto 3.1).

Assim, o quadro de referência tem vindo a ser trabalhado e aperfeiçoado com base em sugestões feitas pelo CNE (2008; 2010a; 2010b) e sobretudo por grupos de trabalho que têm compilado as reflexões levadas a cabo em formações desenvolvidas anualmente antes de se iniciar o trabalho de avaliação externa em cada ano lectivo nas unidades de gestão. Actualmente, seguindo uma lógica avaliativa bem fundamentada, não só são definidas as questões ilustrativas para cada um dos factores, mas também os referentes externos (enquadramento normativo-legal) e internos (documentos estruturantes da escola/agrupamento), os critérios e a sua operacionalização em indicadores e ainda os instrumentos utilizados em cada fase do processo (Hadji, 1994, Figari, 1996). Assinale-se a importância que é dada ao factor sucesso académico, ao nível da sua operacionalização em indicadores quantitativos, no quadro de referência da AEE, o qual se destaca dos restantes factores.

Mesmo assim, o CNE (2010b), considerando pertinente o quadro de referência da AEE, refere que deverão ser feitos nele “ajustamentos, de modo a reforçar a centralidade dos resultados em sentido lato, e assegurar uma visão mais sistémica e menos segmentada dos parâmetros de avaliação, em que os meios e processos são analisados em interacção e na sua relação com os resultados” (p. 11). Reforçando a centralidade neste domínio, todos os outros domínios são avaliados na medida em que contribuem para a valorização dos resultados “por ex; a liderança vista não como um aspecto isolado mas enquanto gestão de meios e processos tendo em perspectiva determinados resultados” (CNE, 2010b, p. 7).

O CNE (2008), alertando para a existência de uma certa tensão entre as duas lógicas avaliativas presentes nos propósitos da AEE, a lógica formativa de melhoria da escola e a lógica sumativa, de prestação de contas e responsabilização, “entende que pode e deve ser mantida a conciliação de finalidades (...)” (CNE, 2010b, p. 5; 2010a, ponto 3), não podendo descurar-se, no actual contexto, o papel da AEE no apoio à capacitação das escolas e à avaliação interna. Na recomendação sobre a avaliação de escolas, o CNE entende também que a escala qualitativa com os quatro níveis de classificação deve manter-se, sendo contudo necessário efectuar ajustamentos, adiantando que “(...) poderá não fazer sentido uma classificação por domínios e factores, devendo

ponderar-se uma classificação assente essencialmente nos resultados, em sentido lato, e tendo em conta o indicador de valor acrescentado” (CNE, 2010b, p. 13).

No que diz respeito à metodologia utilizada pela AEE, o CNE considera que deverá ser mantida a duração das visitas às escolas não agrupadas, sugerindo, no entanto, um alargamento no caso dos agrupamentos com maior dimensão. Relativamente aos painéis de entrevistas considera que devem ser aperfeiçoados “os mecanismos de escolha dos representantes que não o são por inerência das funções desempenhadas, em especial os professores sem cargo, o pessoal não docente, os pais e os alunos” (CNE, 2010b, p. 14; 2010a, ponto 2). No que se refere à observação das actividades lectivas, aspecto este que já tinha sido realçado no primeiro parecer sobre a AEE, o CNE (2010b) “sugere que se mantenha a opção pela não observação directa do trabalho em sala de aula. Todavia, importa reforçar o relevo a atribuir a este parâmetro, que deve ser considerado fundamental no quadro do domínio Prestação do Serviço Educativo” (p. 15).

3. As Classificações por Domínios e Factores das Escolas Avaliadas: Algumas Tendências

Os dados a seguir apresentados baseiam-se nos resultados publicados pela IGE nos Relatórios sobre a Avaliação Externa de Escolas, relativos a quatro anos lectivos, entre 2006 e 2010 (IGE, 2008, 2009b, 2010, 2011). A distribuição das escolas avaliadas ao longo deste período foi a seguinte: no ano lectivo de 2006-2007, a avaliação externa incidiu em 100 escolas; no ano lectivo de 2007-2008, foram avaliadas 273 escolas; no ano lectivo de 2008-2009, foram avaliadas 287 escolas e, no ano lectivo de 2009-2010, o processo de avaliação externa de escolas incidiu em 300 escolas. No Quadro 1, reproduzem-se as percentagens de cada nível de classificação nos domínios do quadro de referência, nos anos lectivos referidos.

Por conveniência de representação gráfica e de análise da evolução da classificação nos diferentes domínios, a escala de classificação nos quatro níveis de *Insuficiente*, *Suficiente*, *Bom* e *Muito Bom*, foi convertida numa escala de 1 a 4. Em seguida, para cada ano lectivo, foi calculada a pontuação de cada domínio pesando cada valor da escala com a respectiva percentagem com que o domínio aparece no Quadro 1, estando estes valores representados na Figura 1. Por exemplo, para o ano lectivo 2006-2007, o domínio *Liderança* obtém a pontuação de $(40 \times 4 + 43 \times 3 + 16 \times 2 + 1 \times 1) / 100 = 3.22$. Este procedimento foi também usado para analisar as classificações nos factores e a sua relação com o domínio (cf. Figuras 2 a 6). No âmbito desta análise, procedeu-se ainda ao cálculo do valor médio das diferenças entre a pontuação de cada factor e a

pontuação do domínio. Estes valores são apresentados nos Quadros 2 a 6, nos quais a segunda coluna traduz o valor da pontuação no domínio e as colunas seguintes a diferença de pontuação do respectivo factor, sendo apresentada a média das diferenças absolutas na última linha dos referidos quadros.

3.1 Classificações nos domínios

A classificação atribuída aos vários domínios que integram o quadro de referência, ao longo dos anos lectivos considerados (cf. Quadro 1 e Figura 1), aponta para um predomínio de níveis de classificação positivos de *Bom/Muito Bom* superiores aos restantes níveis de classificação, com excepção do domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola*. A referida tendência não só se manteve, como se tem manifestado de forma crescente, com excepção do ano de 2007-2008.

Apesar desta tendência ser predominante, há variações consoante os domínios. Com efeito, os domínios *Organização e gestão escolar* e *Liderança* são os que obtêm uma percentagem superior dos níveis de classificação de *Bom* e de *Muito Bom*. O domínio em que estes níveis são inferiores é o da *Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola*.

Quadro 1 – Percentagens dos níveis de classificação atribuídos às escolas em função dos domínios do quadro de referência (Percentagens-coluna por ano lectivo)

Classificação	Ano	Resultados	Prestação do serviço educativo	Organização e gestão escolar	Liderança	Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola
Muito Bom	2006_2007	10	14	29	40	11
	2007_2008	4	10	24	32	6
	2008_2009	7	9	23	33	4
	2009_2010	12	13	29	36	4
Bom	2006_2007	55	63	61	43	48
	2007_2008	56	59	64	52	37
	2008_2009	60	73	67	51	36
	2009_2010	64	70	63	56	46
Suficiente	2006_2007	34	22	9	16	39
	2007_2008	37	31	11	15	50
	2008_2009	33	18	10	15	54
	2009_2010	24	17	8	8	47
Insuficiente	2006_2007	1	1	1	1	2
	2007_2008	3	0	0	1	7
	2008_2009	0	0	0	1	6
	2009_2010	0	0	0	0	3

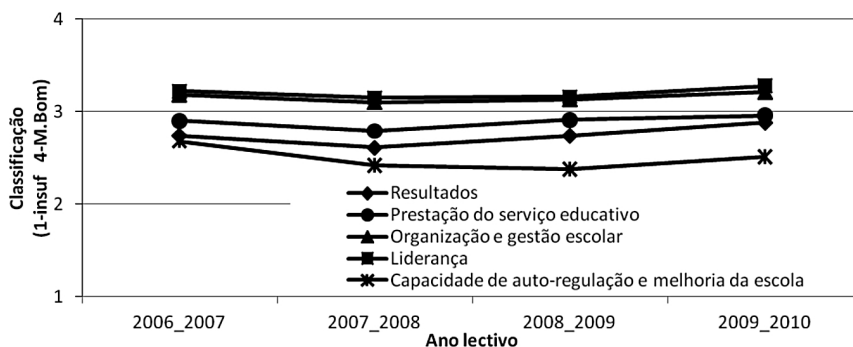


Figura 1 - Evolução das pontuações obtidas nos domínios

É também possível constatar que as classificações no domínio da *Organização e gestão escolar* estão muito a par com as obtidas no domínio da *Liderança*, enquanto as classificações dos *Resultados* se aproximam das do domínio *Prestação do serviço educativo*.

Estes dados permitem levantar a hipótese que a interpretação dos objectivos de Melhoria da Escola e Prestação de Contas do próprio modelo pode estar a conduzir a uma ligação entre *Resultados* e *Prestação do Serviço Educativo*, com o afastamento da classificação no que diz respeito aos restantes domínios.

3.2 Classificações nos factores

A análise das pontuações dos factores que caracterizam o domínio *Resultados* e da sua evolução (cf. Figura 2), assim como do valor da diferença entre a pontuação de cada factor e a pontuação do domínio (cf. Quadro 2), evidencia que a pontuação média do factor *Sucesso Académico* tem sistematicamente valores inferiores aos obtidos no domínio, enquanto os restantes factores, em particular o factor *Comportamento e disciplina*, têm pontuações médias superiores às aí obtidas. No ano lectivo de 2007-2008, no factor *Sucesso Académico*, esse valor é mesmo inferior a 2.5 (cf. Figura 2).

O valor da diferença entre a pontuação obtida nos factores e a pontuação no domínio varia em função dos factores, verificando-se que o valor mínimo da referida diferença corresponde ao factor *Participação e desenvolvimento cívico*. No entanto, verifica-se também que esse valor mínimo varia em função dos anos considerados, dado que, ano lectivo de 2007-2008, ocorre no factor *Valorização e impacto das aprendizagens* e, no ano lectivo de 2006-2007, é também obtido no factor *Sucesso Académico*.

Quadro 2 - Pontuações médias obtidas no domínio *Resultados* e diferenças entre as pontuações no domínio e as pontuações em cada um dos factores.

Ano	Domínio	Factores			
	Resultados	Sucesso Académico	Participação e desenvolvimento cívico	Comportamento e Disciplina	Valorização e impacto das aprendizagens
2006_2007	2.74	-0.18	0.18	0.49	0.20
2007_2008	2.61	-0.25	0.20	0.37	0.19
2008_2009	2.74	-0.21	0.02	0.26	0.16
2009_2010	2.88	-0.26	0.03	0.12	0.16
Média das diferenças absolutas		0.23	0.11	0.31	0.18

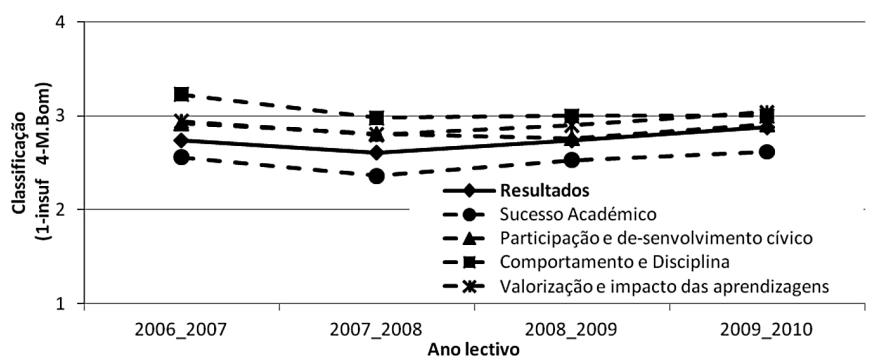


Figura 2 - Evolução das pontuações obtidas no domínio *Resultados* e respectivos factores

Quando se consideram as pontuações dos factores incluídos no domínio *Prestação do serviço educativo*, constata-se que também aqui há factores cujas pontuações médias são sistematicamente inferiores às do domínio, a saber os factores *Articulação e sequencialidade* e *Acompanhamento da prática lectiva na aula*, enquanto os factores *Diferenciação e apoios* e *Abrangência do currículo e valorização dos saberes* apresentam sempre pontuações médias superiores às do domínio. O factor *Acompanhamento da prática lectiva na aula* obtém sempre pontuações médias com valor inferior a 2.5 (cf. Figura 3).

O valor da diferença entre a pontuação obtida nos factores e a pontuação no domínio varia em função dos factores, sendo o valor mínimo dessa diferença obtido sempre no factor *Abrangência do currículo e valorização dos saberes*, com excepção do ano lectivo de 2006-2007, ano em que esse valor ocorre no factor *Articulação e sequencialidade*. No ano lectivo de 2009-2010 o referido valor ocorre exequo no factor *Diferenciação e apoios*.

Quadro 3 - Pontuações médias obtidas no domínio *Prestação do serviço educativo* e diferenças entre as pontuações no domínio e as pontuações em cada um dos factores.

Ano	Domínio	Factores			
	Prestação do serviço educativo	Articulação e sequencialidade	Acompanhamento da prática lectiva na aula	Diferenciação e apoios	Abrangência do currículo e valorização dos saberes
2006_2007	2.9	-0.14	-0.55	0.34	0.19
2007_2008	2.79	-0.27	-0.42	0.39	0.24
2008_2009	2.91	-0.29	-0.61	0.30	0.17
2009_2010	2.96	-0.27	-0.46	0.26	0.26
Média das diferenças absolutas		0.24	0.51	0.32	0.22

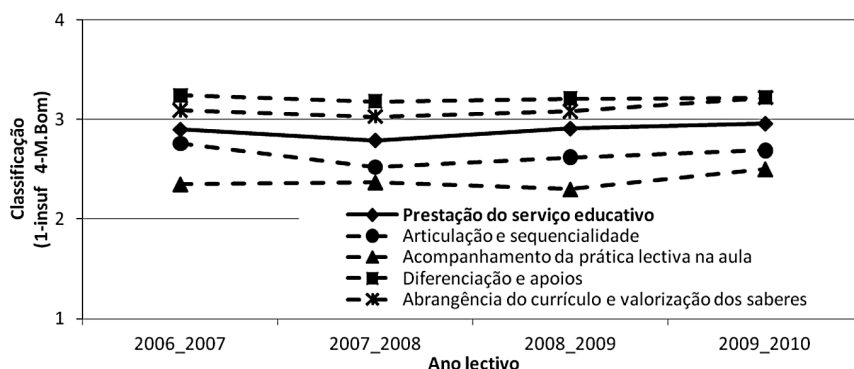


Figura 3 - Evolução das pontuações obtidas no domínio *Prestação do serviço educativo* e respectivos factores

Relativamente ao domínio *Organização e gestão escolar* e respectivos factores, verifica-se que os factores *Gestão de recursos humanos* e *Equidade e Justiça* têm pontuações ligeiramente superiores às obtidas no domínio, enquanto os factores *Concepção e planeamento da actividade* e *Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa* têm pontuações claramente inferiores às do domínio (cf. Figura 4).

O factor cuja pontuação média mais se aproxima da do domínio é o factor *Gestão dos recursos humanos*. No ano lectivo de 2007-2008, também não há diferença entre a pontuação do domínio e a do factor *Gestão dos recursos materiais e financeiros* e, no ano lectivo de 2009-2010, essa diferença corresponde ao valor mínimo neste factor.

Quadro 4 - Pontuações médias obtidas no domínio *Organização e gestão escolar* e diferenças entre as pontuações no domínio e as pontuações em cada um dos factores.

Ano	Domínio	Factores				
	Organização e gestão escolar	Concepção/ planeamento/ desenvolvimento da actividade	Gestão dos recursos humanos	Gestão dos recursos materiais e financeiros	Participação dos pais e outros elementos da comunidade	Equidade e justiça
2006_2007	3.18	-0.18	0.01	0.02	-0.35	0.08
2007_2008	3.10	-0.24	0.06	0.00	-0.31	0.12
2008_2009	3.13	-0.23	0.00	-0.13	-0.25	0.07
2009_2010	3.21	-0.27	0.11	-0.04	-0.19	0.06
Média das diferenças absolutas		0.23	0.04	0.05	0.28	0.08



Figura 4 - Evolução das pontuações obtidas no domínio *Organização e gestão escolar* e respectivos factores

No domínio da *Liderança* constata-se que os factores *Motivação e empenho* e *Parcerias, protocolos e projectos* têm pontuações ligeiramente superiores às obtidas no domínio, enquanto os factores *Visão e estratégia* e *Abertura à inovação* apresentam pontuações médias inferiores às aí obtidas (cf. Figura 5).

A pontuação do factor *Motivação e empenho* é a que mais se aproxima da pontuação do domínio, com excepção do ano lectivo de 2007-2009, em que o valor mínimo da diferença entre a pontuação do domínio e a do factor ocorre no factor *Parcerias, protocolos e projectos*.

Quadro 5 - Pontuações médias obtidas no domínio *Liderança* e diferenças entre as pontuações no domínio e as pontuações em cada um dos factores.

Ano	Domínio	Factores			
	Liderança	Visão e estratégia	Motivação e empenho	Abertura e inovação	Parcerias, protocolos e projectos
2006_2007	3.22	-0.12	0.00	-0.09	0.07
2007_2008	3.15	-0.19	0.12	-0.22	0.05
2008_2009	3.16	-0.22	0.09	-0.20	0.17
2009_2010	3.28	-0.22	0.09	-0.36	0.12
Média das diferenças absolutas		0.19	0.08	0.22	0.10

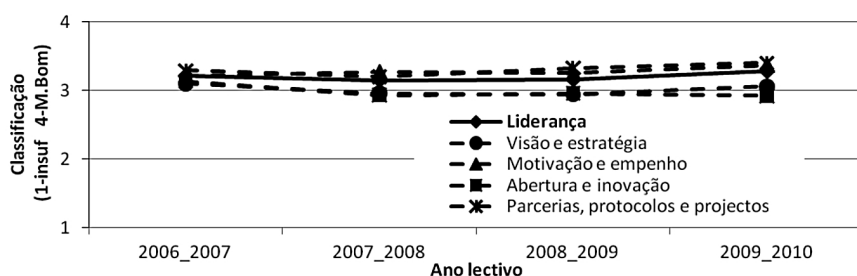


Figura 5 - Evolução das pontuações obtidas no domínio *Liderança* e aos factores que o integram.

Relativamente aos factores que constituem o domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola* constata-se que, tanto no domínio como nos dois factores que o integram, há pontuações médias com valor inferior a 2.5, e que os valores das pontuações nos factores são próximos dos do domínio. No entanto, apesar desta proximidade, e com excepção do ano lectivo de 2009-2010, o valor mínimo da diferença entre a pontuação média do domínio e a do factor ocorre sempre no factor *Sustentabilidade e progresso*.

Quadro 6 - Pontuações médias obtidas no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola* e diferenças entre as pontuações no domínio e as pontuações em cada um dos factores.

Ano	Domínio	Factores	
	Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola	Auto-avaliação	Sustentabilidade e progresso
2006_2007	2.68	-0.11	0.02
2007_2008	2.42	-0.08	0.05
2008_2009	2.38	-0.05	0.00
2009_2010	2.51	-0.03	-0.13
Média das diferenças absolutas		0.07	0.05

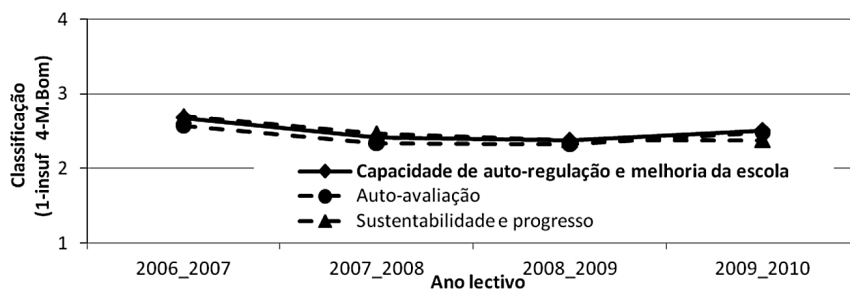


Figura 6 – Evolução das pontuações obtidas no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola* e respectivos factores

Decorre da apresentação deste conjunto de dados a constatação da existência de uma certa regularidade das classificações ao longo dos anos em estudo. Embora a classificação atribuída ao domínio resulte aproximadamente da média das classificações atribuídas aos factores, verifica-se que a sua classificação varia em função da ponderação nos diferentes factores.

4. Conclusões

Os dados apresentados podem ser objecto de uma leitura que evidencia, por um lado, o desempenho das escolas nos vários domínios e factores na perspectiva da Avaliação Externa e, por outro lado, sugere a possível influência do quadro de referência e da metodologia usada no próprio processo de avaliação.

Assim, num primeiro nível de análise, verifica-se que, em geral, as escolas obtêm boas classificações em todos os domínios, com excepção do relativo à *Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola*; verifica-se também que há domínios cujas classificações são sistematicamente mais elevadas e muito próximas, a saber, *Liderança e Organização e gestão escolar*, registando-se igualmente proximidade nas classificações atribuídas aos domínios *Resultados* e *Prestação do Serviço Educativo*.

Num segundo nível de análise, estes dados sugerem a existência de uma valorização diferencial dos domínios, de acordo com os propósitos do modelo, existindo uma maior benevolência na avaliação de domínios instrumentais menos directamente ligados aos *Resultados*, como *Organização e gestão escolar* e *Liderança*, com excepção para o domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola*, que dispara em sentido oposto. Da parte das escolas, não será de excluir a adopção de uma posição eventualmente defensiva, no sentido de mostrar o melhor e esconder o pior, que se espelha nos resultados globais francamente positivos.

A constatação de uma certa regularidade das classificações ao longo dos anos em análise, bem como o facto do contributo dos diferentes factores para a classificação do domínio variar consoante os mesmos, sugere que, não existindo uma ponderação de factores no quadro de referência, e defendendo-se até que deveria existir, ela está de alguma forma implícita no processo de avaliação, ao verificarmos as aproximações e afastamentos das classificações nos factores relativamente ao respectivo domínio. Os dados apresentados permitem ainda levantar algumas questões sobre a conceptualização dos próprios domínios e dos factores que os caracterizam. Com efeito, constata-se que os factores cuja pontuação mais se aproxima do domínio são o factor *Participação e desenvolvimento cívico*, no caso dos *Resultados*, o relativo à *Abrangência do currículo e valorização dos saberes*, para a *Prestação do serviço educativo*, o factor *Gestão dos recursos humanos*, no caso da *Organização e gestão escolar*, o factor *Motivação e empenho*, no domínio da *Liderança* e o factor *Sustentabilidade e progresso* para a *Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola*.

Estes aspectos afiguram-se-nos de muito interesse e pertinência para um estudo mais aprofundado sobre o quadro de referência e os efeitos na avaliação, que pretendemos retomar a partir dos dados originais (não agregados), relativos às classificações nos domínios e factores das escolas avaliadas. Mais exactamente, proceder-se-á, com maior rigor e precisão, através da análise da correlação/regressão, à identificação do(s) factores com maior poder preditivo da classificação de cada um dos domínios.

Bibliografia

- Afonso, A. (2007). Indiferença politico-ideológica e obsessão avaliativa. *A Página da Educação*, 169.
- Azevedo, J. M. (2007). Avaliação externa das escolas em Portugal. In *As escolas face aos novos desafios/Schools facing up to new challenges*. Lisboa: Presidência Portuguesa da União Europeia./ ou Inspeção Geral da Educação.
- Conselho Nacional de Educação (2005). *Estudo sobre "Avaliação das escolas: Fundamentar modelos e operacionalizar processos"*. Lisboa: CNE.
- Conselho Nacional de Educação (2008). Parecer n.º 5, *Diário da República 2ª Série - N.º 113 - de 13 de Junho*.
- Conselho Nacional de Educação (2010a). Parecer n.º 3, *Diário da República , 2ª Série - N.º 111 - 9 de Junho*.
- Conselho Nacional de Educação (2010b). *Recomendação sobre avaliação das escolas* (relatores Jorge Miguel Marques da Silva e Paula Santos). Lisboa: CNE.
- Despacho conjunto n.º 370/2006. *Diário da República - 2ª Série - N.º 85 de 3 de Maio* (constituição de um grupo de trabalho com o objectivo de estudar e propor os modelos

- de auto-avaliação e de avaliação externa dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário).
- Despacho n.º 28692/2007. *Diário da República*, 2ª Série - N.º 244 - 19 de Dezembro (constituição das equipas de avaliação externa de escolas desenvolvida pela IGE).
- Figari, G. (1996). *Avaliar que referencial?* Porto: Porto Editora.
- Hadji, C. (1994). *As regras do jogo: das intenções aos instrumentos*. Porto: Porto Editora.
- How good is your school (2007). *How good are we now? How good can we be? The journey to excellence*: Parte 3. HM Inspectorate of Education. www.hmie.gov.uk/documents/publications, consultado em Janeiro de 2011.
- Inspecção-Geral da Educação (2008). *Avaliação externa de escolas - Relatório 2006-2007*. Lisboa: Ministério da Educação - IGE.
- Inspecção-Geral da Educação (2009a). *Avaliação externa de escolas - Referentes e instrumentos de trabalho*. Lisboa: Ministério da Educação - IGE.
- Inspecção-Geral da Educação (2009b). *Avaliação externa de escolas - Relatório 2007-2008*. Lisboa: Ministério da Educação - IGE.
- Inspecção-Geral da Educação (2010). *Avaliação externa de escolas - Relatório 2008-2009*. Lisboa: Ministério da Educação - IGE.
- Inspecção-Geral da Educação (2011). *Avaliação externa de escolas - Relatório 2009-2010*. Lisboa: Ministério da Educação - IGE.
- Lei n.º 31/2002. *Diário da República* - I Série - A N.º 294 de 20 de Dezembro (aprova o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior).
- Ministério da Educação (2006). *Relatório final da actividade do Grupo de Trabalho para Avaliação das Escolas*. Lisboa: CNE.
- Nóvoa, A. (1992). Para uma análise das instituições escolares. In A. Nóvoa (Coord.), *As organizações escolares em análise* (pp.13-43). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Teddlie, C. & Reynolds, D. (2000). *The international handbook of school effectiveness research*. New York: RoutledgeFalmer.

Résumé

Dans cet article nous présentons le cadre de référence pour l'évaluation externe des établissements scolaires au Portugal et une analyse des résultats de l'évaluation, en cherchant à mettre en évidence certaines tendances.

Mots-Clé: évaluation externe des établissements scolaires; cadre de référence; résultats; tendances.

Abstract

In this paper we will present the framework for external evaluation of schools in Portugal and an analysis of the main results, seeking to highlight some trends.

Key-words: schools external evaluation; framework; results; trends